

# “Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”

Autoria, orientação, polêmicas invisibilizadas e violências naturalizadas

**Igor Vinicius Lima Valentim<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Universidade de Lisboa

**Resumo:** Utilizando a autoetnografia como método, coloco em diálogo narrativas e aspectos culturais e sociais da Academia com o objetivo de problematizar atitudes e comportamentos ligados à autoria de trabalhos científicos que são construídos nas relações de orientação em mestrados e doutorados. Orientadores, orientandos, trabalhos científicos e autoria. Orientação enseja automaticamente coautoria em trabalhos produzidos pelos orientandos? O que naturalizamos nessas relações? O que fica invisibilizado? Sobre o que não discutimos? Violências de diversos níveis são naturalizadas. Contra a criatividade. Contra a ética. Contra a transparência pública. Contra carreiras. Contra a sociedade. Questões polêmicas, delicadas, mas necessárias. Mais do que responder às perguntas, este trabalho busca causar desconforto e tirar do silêncio questões ligadas à autoria de trabalhos científicos que atravessam as relações entre orientadores e orientandos no universo da Pós-Graduação. Concluo o texto com uma proposta concreta para começar a tratar do problema.

**Palavras-chave:** educação superior; pós-graduação; orientação; autoetnografia.

VALENTIM, Igor Vinicius Lima. T. “Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!” Autoria, orientação, polêmicas invisibilizadas e violências naturalizadas. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (26): 121-136, maio a agosto de 2024. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade de Lisboa. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) e no Instituto Tércio Pacitti da UFRJ. Pesquisador no CSG/SOCIUS do ISEG da ULISBOA.

## “Everything you write must have my name!”

Authorship, supervision, polemics made invisible, and naturalized violence

**Abstract:** Using autoethnography as a method, I put narratives and cultural and social aspects of the Academy in dialogue with the objective of problematizing attitudes and behaviors related to the authorship of scientific works that are built in Graduate School supervision relationships. Supervisors, supervisees, scientific papers and authorship. Does supervision automatically entitle co-authorship in works produced by the supervisees? What do we naturalize in these relationships? What is made invisible? What haven't we discussed about? Violence of various levels are naturalized. Against creativity. Against ethics. Against public transparency. Against careers. Against society. These are controversial and delicate, but necessary issues. More than answering the questions, this work seeks to cause discomfort and bring to the spotlight issues related to the authorship of scientific works that cross the relationships between supervisors and supervisees in the universe of Graduate Studies. I conclude the text with a concrete proposal to start dealing with the problem.

**Keywords:** Higher Education; Graduate School; Supervision; Autoethnography

## “¡Todo lo que escribas tiene que llevar mi nombre!”

Autoría, supervisión, polémicas invisibilizadas y violencias naturalizadas

**Resumen:** Utilizando la autoetnografía como método, pongo en diálogo narrativas y aspectos culturales y sociales de la Academia con el objetivo de problematizar actitudes y comportamientos relacionados con la autoría de trabajos científicos que se construyen en las relaciones de supervisión en Maestrías y Doctorados. Supervisores, estudiantes, artículos científicos y autoría. ¿La supervisión conduce automáticamente a la coautoría en los trabajos producidos por los estudiantes? ¿Qué naturalizamos en estas relaciones? ¿Qué se invisibiliza? ¿De qué no hablamos? Se naturaliza la violencia de varios niveles. Contra la creatividad. La ética. La transparencia pública. Las carreras. Contra la sociedad. Temas polémicos, delicados, pero necesarios. Más que responder a las preguntas, este trabajo busca causar incomodidad y sacar del silencio cuestiones relacionadas con la autoría de trabajos científicos que atraviesan las relaciones entre asesores y asesorados en el universo de Posgrados. Concluyo el texto con una propuesta concreta para empezar a abordar el problema.

**Palabras clave:** educación superior; postgrado; supervisión; autoetnografía.

– Tudo o que você escrever durante estes dois anos, qualquer coisa que tenha alguma ligação com o seu mestrado ou com a sua dissertação, eu tenho que constar como coautor! Tudo! Eu gasto tempo te orientando, lendo e relendo a sua dissertação e aí quando você escreve algo não aparece o meu nome na publicação como coautor? Estou me dedicando pra que, então? Gastei todo o meu tempo pra que?

**P**reciso dizer duas coisas desde o início deste texto: 1) Não busco efetuar nenhum tipo de generalização nem tenho qualquer pretensão de trazer verdades absolutas, o que está em consonância com a opção metodológica da autoetnografia; 2) Não vejo, a priori, nenhum problema na múltipla autoria de textos científicos, desde que todos os autores tenham trabalhado dedicada e efetivamente na construção do texto publicado.

Construir um texto autoetnográfico implica, principalmente, em utilizar situações pelas quais se foi afetado e/ou o que de alguma forma foi vivido ou experienciado, com o intuito de estimular reflexões a respeito de contextos sociais e culturais mais amplos. Autoetnografia não é (apenas) sobre quem escreve. É também, mas não só. Autoetnografar é colocar o pessoal em diálogo e em contraste com o social, o artístico, o político e o cultural.

A partir do momento em que uma autoetnografia analisa contextos sociais e culturais mais amplos a partir de afetações, experiências, memórias, cenas, valores, atitudes e das formas como enxergamos a nós próprios e aos demais, é possível considerar que ela está conectada ao conceito de subjetividade (VERSIANI, 2005). Foucault (1999) já afirmou que as subjetividades estão ligadas aos modos como os sujeitos fazem experiência de si.

As leitoras e os leitores encontram aqui um texto construído, autoetnograficamente, entremeado de cenas e passagens narradas em primeira pessoa e que incluem diálogos, pensamentos, sentimentos, críticas, desejos, análises e proposições.

As cenas e narrativas produzidas usam como contexto-base a entrada de um estudante no mestrado e as relações entre ele e seu orientador. O texto utiliza um narrador oculto e coloca as mencionadas passagens em diálogo com aportes teóricos ligados à autoria, à orientação e ao universo da Pós-Graduação.

As cenas realmente aconteceram? Ao menos parte delas? Da mesma como foram narradas? De acordo com o método autoetnográfico, isso não tem relevância, pois um dos critérios de ‘validação’ e de avaliação do rigor e da qualidade de uma autoetnografia está ligado não a dicotomias como verdade/mentira ou real/falso, mas sim ao conceito de verossimilhança, ou seja,

na possibilidade de aquilo que é narrado possa ser verídico, possa ter acontecido, estar acontecendo, ou vir a acontecer, independentemente de ter sido ou não. Não entra em questão a representação o mais fiel possível de um passado em relação ao modo como ele foi vivido, ou de uma realidade externa aos pesquisadores e pesquisadoras. (VALENTIM, 2022: 31)

Convido as leitoras e os leitores a avaliarem esse critério durante a leitura do texto produzido: as cenas construídas parecem verdadeiras, possíveis, prováveis, plausíveis?

Verossimilhança, como operada por mim na construção deste texto, funciona de forma oposta à noção de semelhança criticada por Foucault quando afirma que

VALENTIM, Igor Vinicius Lima.  
“Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”

esta tem um ‘padrão’: “que ordena e hierarquiza a partir de si todas as cópias, cada vez mais fracas, que podem ser tiradas. Assemelhar significa uma referência primeira que prescreve e classifica. (FOUCAULT, 2008: 60-1).

Perde o sentido, portanto, a ideia de que a validação da investigação está ligada à descrição mais fidedigna “do que aconteceu”. Uma maneira de potencializar a verossimilhança de uma autoetnografia “está ligada à seleção dos detalhes, metáforas” (RICHARDSON, 1997: 77) e de localizarmos as cenas, peças e histórias escritas em contextos mais abrangentes.

Todos esses recursos de construção textual são utilizados em função de outro indicador de rigor e de qualidade de uma autoetnografia: “mostrar, e não apenas contar ou descrever” (VALENTIM, 2022: 32).

Qual o meu intuito ao utilizar, neste texto, todas as ferramentas metodológicas e de produção textual acima mencionadas? Para que o texto possa provocar, desassossegar, estimular a reflexão, a problematização e, quem sabe, a mudança. Como expliquei em outro trabalho,

[o] conceito de rigor acadêmico está ligado, aqui, ao potencial de afetação do texto: como ele pode afetar, produzindo novas reflexões, angústias e inquietações que conduzam a ações? Rigor ligado à produção de desassossegos. (VALENTIM, 2018a: 268)

## Homo Academicus: subjetividades em produção

*- Você está maluco? Vai sair do emprego pra viver de bolsa? Vai passar dois anos comendo pão com mortadela?*

Essa foi uma das perguntas – em tom de conselho – que ouvi de um então colega de curso quando estava no último ano da graduação.

Depois de me mudar para uma cidade que não me era familiar e na qual eu não conhecia ninguém, era uma alegria enorme iniciar o mestrado que tanto desejei. Como primeiro colocado no processo seletivo, eu tinha bolsa para os dois anos de curso. Não era muito dinheiro, mas dava para me sustentar com simplicidade e sem luxos.

Durante a entrevista de seleção, fui perguntado por um dos sete professores presentes na sala a razão de eu querer fazer mestrado sem nunca ter feito iniciação científica antes. Minha resposta foi direta:

*- Eu nunca ouvi sequer falar disso ao longo da minha graduação.*

Ainda que eu jamais tivesse ouvido falar de iniciação científica, eu tinha feito, sim, uma pesquisa para meu trabalho de conclusão de curso em formato de monografia. Uma pesquisa solitária, mas uma pesquisa!

Eu nunca tinha escrito e muito menos publicado algum artigo científico, livro ou capítulo de livro até iniciar o mestrado. Nem sequer um resumo. Jamais havia apresentado qualquer comunicação em algum evento acadêmico-científico. Apesar de ter cursado uma universidade federal – e inclusive uma das mais prestigiadas do Brasil – eu não era um acadêmico tradicional. Muito menos um acadêmico típico: ainda não era suficientemente ambientado à cultura acadêmica (BOURDIEU, 2013).

Fui um estudante universitário trabalhador que não tinha jamais ouvido falar em mestrado ao longo do curso. Durante uma disciplina de Ciência Política, o docente (substituto) sempre me perguntava coisas e pedia exemplos, devido à minha experiência profissional. Junto com as vivências, eu comentava também das

minhas insatisfações, inquietações e do desejo de construir um mundo diferente. Eu tinha começado a trabalhar antes mesmo de entrar na universidade e, justamente pelas vivências em diferentes empregos e organizações, fui acumulando críticas na pele, sentindo angústias pelo que vivia, inquietações e curiosidades. O professor, em determinado dia, me perguntou por que eu não faria mestrado.

*- Mestrado? O que seria isso?*

Ele me explicou calmamente e disse que eu teria espaço para pesquisar algo que fosse do meu interesse. Me levou a uma livraria dentro do campus e me indicou alguns livros, se colocando à disposição caso eu tivesse mais dúvidas. Aquilo foi um abrir de portas gigantesco.

Tudo o que vivi trabalhando em companhias privadas me levou a buscar querer saber se existiam alternativas de trabalho/emprego voltadas para construir outros mundos, mais justos, solidários, menos desiguais. A Academia poderia, talvez, ser um caminho-espaço para isso.

Já aprovado e matriculado, na primeira aula de uma disciplina as pessoas começaram se apresentando e o professor fez perguntas ligadas à trajetória de cada uma e cada um dos recém-chegados à Pós-Graduação.

*- Você fez sua graduação aqui mesmo conosco? Fez iniciação científica? Com quem? Por quanto tempo? Quem te orientou na monografia?*

Minhas respostas eram praticamente as mesmas que eu já havia dado durante a entrevista de seleção. Sentado ali naquela sala, eu ouvia colegas contando suas experiências de iniciação científica e dos congressos que já tinham participado. Lembro como se fosse hoje que uma colega de turma comentava que já tinha publicado e/ou apresentado doze artigos. D-O-Z-E! Apenas durante a sua graduação. Aquilo não me fazia me sentir nem pior nem melhor do que os colegas, mas eu constatava que não era um acadêmico tradicional. Eu estava apenas começando a experimentação com a Academia. Era o momento de aprender o máximo possível e de viver coisas que eu jamais tinha sequer ouvido falar. Uma grande oportunidade de experienciar (LARROSA, 2002).

Ainda não havia sido divulgada a lista com os nomes dos orientadores de cada um dos respectivos aprovados pelo Programa de Pós-Graduação (PPG). Como eu não conhecia ninguém da universidade, eu não tinha ideia de quem me orientaria. Ao longo do ano anterior, eu tinha enviado um e-mail para um professor que pesquisava temas que dialogavam com meus interesses e curiosidades. Entretanto, como nunca recebi resposta, não fazia ideia se ele seria, ou não, meu orientador.

Resolvi tomar uma postura mais ativa e, em uma das disciplinas, perguntei para o professor (aquele que eu tinha enviado e-mail antes da seleção) se ele seria meu orientador e recebi a resposta afirmativa. Só assim eu soube. Aproveitamos e agendamos a primeira reunião de orientação, em sua sala na faculdade. Ele me colocou em contato com outro mestrando, que havia iniciado o curso no ano anterior, e pediu para que escrevêssemos juntos um projeto de extensão relativo a uma atividade que gostaria que eu me envolvesse.

*- Projeto de extensão? Como se faz isso? Nunca escrevi nada.*

Não tive explicações nem orientações a respeito. Ele apenas me explicou a ideia do projeto por alto:

VALENTIM, Igor Vinicius Lima.  
“Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”

- A ideia é essa, mas falta colocar no papel!

Eu ia me questionando se era assim mesmo, uma espécie de orientação sem orientação. Perguntei também para o colega.

- Cara, com ele é assim mesmo! A gente tem que se virar e escrever tudo sozinho!

Meu primeiro ano de mestrado foi, talvez, o ano em que mais trabalhei na vida inteira. Sem nenhum tipo de exagero. Eu tinha que ler, ler, ler, ler, ler e ler para as disciplinas do mestrado. Alguns professores chegavam a recomendar a leitura de dois livros inteiros de uma semana para outra. Apenas em uma disciplina. Eu me perguntava qual a razão daquilo. Era para estimular a leitura dinâmica e/ou em diagonal? Porque todos sabiam, em plena consciência, que não era possível, com três ou quatro disciplinas por semestre, ler, para cada uma delas, 400 páginas por semana. Eu me questionava o que levava os professores a agir daquela maneira e o que esperavam. Mas nunca perguntei.

Também tinha de escrever os trabalhos de cada uma das disciplinas. Durante o segundo semestre do curso, em uma das eletivas, foi dito que o trabalho final poderia ser elaborado em forma de artigo e submetido para algum congresso da área. Senti um certo receio por nunca ter escrito um artigo e muito menos submetido para qualquer congresso ou periódico. Outros colegas comentaram que seria possível enviá-lo para o principal congresso da área, que aconteceria no ano seguinte. Ou seja, teríamos tempo de enviar o artigo para o professor da disciplina, receber as sugestões e feedbacks, melhorar o texto, e enviá-lo para o evento.

Pensei muito sobre o que escrever. Até o final do primeiro ano eu deveria entregar para meu orientador o material escrito para a qualificação já que, como bolsista, eu tinha até março do segundo ano para realizar esta etapa. Decidi escrever um artigo focando na parte teórica de minha pesquisa de mestrado. Como eu já tinha lido e fichado muito sobre o tema, suspeitava que, devido ao caráter inédito da pesquisa, seria um texto interessante.

- Professor-orientador, eu estou fazendo a disciplina X e a turma sugeriu que cada um faça o trabalho final em formato de artigo e submeta para o encontro do ano que vem. O senhor quer escrever comigo o artigo?

- Infelizmente não posso. Já estou comprometido com outras pessoas. Este congresso só permite que cada pessoa submeta até três textos, seja como autor ou coautor.

Fiquei meio sem resposta, mas não desanimei. É claro que se ele quisesse escrever junto comigo, eu poderia aprender melhor sobre como escrever um artigo, algo inédito para mim. Mas eu não ia desistir. O 'não' eu já tinha de partida. Eu tinha que tentar. Experimentar. No máximo, ganharia uma rejeição, que viria com algum parecer para melhorar o texto. Decidi escrever sozinho e submeter.

O primeiro ano do mestrado acabou e segui em ritmo acelerado de produção intelectual. Consegui terminar o material para a qualificação e entregar dentro do prazo. Da mesma forma, enviei o artigo para o congresso, cuja divulgação dos resultados causava grande ansiedade e até mesmo um frisson entre os integrantes do PPG. Eram muitas submissões e, conseqüentemente, numerosos artigos não eram aprovados. Todo mundo queria apresentar seus trabalhos no encontro. Meus colegas atribuíam àquele evento um alto status, enxergando ali uma vitrine. Eu ainda não entendia muito bem a razão daquilo. O mestrado, ao menos para mim, era um emprego, sinônimo de um trabalho como qualquer outro. Eu ainda não tinha a noção de que, em grande medida, a academia é um círculo (praticamente) fechado. Pequeno. Onde (quase) todo mundo se conhece. Havia uma forte

competição. Era como se estivéssemos em uma corrida na qual uns avançariam algumas casas e outros ficariam para trás.

Quando saiu o resultado, fiquei incrédulo olhando para a tela do computador. Meu artigo tinha sido aprovado para apresentação. Uma parte razoável da turma que entrou comigo no mestrado havia aprovado algum trabalho e também iria para o evento. Ou seja, sozinho eu não estaria. O PPG garantiu o pagamento da taxa de inscrição (que era e até hoje segue sendo muito, muito cara) para todos os alunos que tivessem trabalhos aprovados. As passagens aéreas e a hospedagem paguei do meu próprio bolso.

- *Você pertence à elite? Aquele ambiente te agrada? Te seduz?* (VALENTIM, 2016; VALENTIM, 2018b)

No início do segundo ano do mestrado, o trabalho estava ainda mais intenso do que no primeiro. Eu não tinha mais disciplinas a cursar, mas estava fazendo e coordenando um projeto de extensão junto com uma colega, aluna da graduação. É claro que eu e ela coordenávamos na prática, de maneira oficiosa, porque no papel e oficialmente a coordenação era do meu orientador. Coutinho (2020: 219) ouviu de vários estudantes (de doutorado) sobre tarefas solicitadas a eles como uma espécie de “projeto extra de doutorado”, que incluíam até a orientação de outros estudantes.

Para além disso, eu também realizava a pesquisa de campo para a dissertação e fazia um estágio de docência de um semestre com meu orientador em uma das disciplinas de graduação que ele deveria lecionar. O que deveria ser um estágio (que pressupõe acompanhamento) se mostrou um semestre inteiro jogado nas minhas costas para dar aulas no lugar do professor-orientador. Se ele compareceu em três ou quatro das quinze aulas do semestre foi muito. Nas outras eu estava lá como único professor, sem nenhuma supervisão, sem nenhum acompanhamento do meu ‘estágio’ de docência. Noy e Ray (2012) afirmaram sobre a existência de orientadores que fazem demandas difíceis de cumprir e que tratam os estudantes como servos.

No Brasil, Bianchetti e Machado (2002) trataram de diversas questões ligadas à orientação na Pós-Graduação. E Dubs (2005) apontou problemas ligados à falta de qualidade na atuação do professor orientador, além da falta de apoio e disponibilidade por parte deles. A orientação ausente (e/ou a ausência de orientação) é apontada (LOVITTS, 2001) como tendo impactos significativos no percurso da Pós-Graduação, até mesmo na evasão estudantil. Estimula-se a ideia de que é normal que um orientador não seja presente e que cada estudante tenha que “se virar sozinho para tudo”, dentre outros aspectos. Naturalização de situações absurdas. Na relação entre orientador e orientando, o estudante

Muitas vezes é obrigado a trabalhar para o orientador, sem que o primeiro dê o mínimo dos créditos a quem fez o trabalho. (...) a luta é sub-reptícia, pois esse autorreferenciado ‘proprietário’ precisa manter ou prover seu capital simbólico, e os subalternos não precisam de créditos e/ou ainda não têm capital simbólico para defender. (FERREIRA, 2014: 102)

Bem em frente ao prédio da faculdade havia uma padaria, muito frequentada por alunos, professores e técnicos. Lanches, cafés e refeições eram boas companhias para reuniões, intervalos, bate-papos e, também, orientações. Meu orientador combinou ‘um café’ comigo e, quando lá nos sentamos, ele começou por me perguntar sobre as minhas novidades. Conteí que tudo estava andando bem,

ainda que eu tivesse dificuldades para lecionar no ‘estágio’, pois era minha primeira experiência docente universitária presencial, sem nenhum tipo de supervisão e acompanhamento. E lembrei:

*- Tenho uma ótima novidade... você não vai acreditar! Sabe aquele congresso que eu te contei que ia mandar o artigo que fiz... meu artigo foi aprovado! Estou muito feliz! Nem acreditei quando vi o resultado! Os que você mandou foram aprovados?*

*- Você mandou o artigo sem o meu nome?*

*- Ué... sim... você não lembra? Eu te falei ano passado que ia escrever, e você disse que não poderia mandar comigo porque o congresso só permitia três artigos por autor... e você já tinha os três artigos com outras pessoas.*

*- Isso é um absurdo! Isso é um completo absurdo! Como você mandou um artigo da sua dissertação sem o meu nome como coautor?*

*- Não estou entendendo. Eu falei com você pessoalmente. Eu te mandei e-mail, você disse que não ia escrever junto comigo. Você nunca leu o artigo, não faz a menor ideia do que tem nele, nem o título, nem o resumo, nada. Você nunca escreveu e nunca leu nada dele. Como eu ia botar o seu nome lá?*

*- Preste bem atenção no que eu vou te falar. Tudo que o orientando escreve a partir da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado dele, seja o que for, tem que ter o nome do orientador como autor.*

*- Mesmo que seja um texto que o orientador nunca viu? Um artigo que você nunca leu? Que não escreveu nem uma linha? Que não sabe nem o título?*

*- Tudo! Se tiver relação com a sua pesquisa, tudo o que você escrever tem que ter o meu nome. Eu passo horas fazendo uma orientação, lendo, relendo, corrigindo a dissertação, e aí depois você vai e publica sem o meu nome? E todas as horas que eu gastei lendo a dissertação? Então aquilo não vai valer nada? É um absurdo!*

*- Desculpe, mas eu nem sei o que dizer. Eu realmente não compreendo isso. Como eu vou colocar o nome de alguém como autor em um texto que a pessoa não leu, não escreveu, nem sabe o que tem lá escrito? Eu realmente não estou acostumado com a Academia, ainda não estou por dentro de como funciona essa ética e muito menos essas práticas dentro da Academia.*

Fiquei chocado com aquilo. No meio do mestrado. Uma mistura de enjoo com frio na barriga. O que eu faço agora? Pensei, mas não perguntei.

Situações como essa misturam questões éticas com agressões de diversos níveis, em meio a relações acadêmicas permeadas por poder, violência e/ou sedução (VALENTIM, 2016; VALENTIM, 2018a). Acima de tudo, olhando a partir de uma perspectiva micropolítica (GUATTARI e ROLNIK, 2007), essas situações expõem subjetividades, valores, atitudes e condutas que são esperados dos orientandos, aquilo que está naturalizado e que ninguém mais questiona.

Muitas vezes estamos tão acostumados com determinadas situações que sequer parece haver algum problema. O orientador não quis saber o que estava escrito no texto, nem sequer o título! Só importava constar o nome dele como autor. Para que serve um orientando? E um orientador?

o volume de coautoria (...), muitas vezes, não revela um trabalho com esforços de um ‘cotrabalhar’, mas sim, ou a ‘obrigatoriedade’ do nome de um orientador no trabalho de um orientando, que, muitas vezes, nem o leu, ou entradas de nomes para atender ao quantitativo de produções exigido ou pelo programa de pós-graduação da universidade ou pelo currículo Lattes. O tabuleiro do jogo visa a atender às regras exigidas e às vontades individuais, e não importa qual seja a astúcia da ‘jogada’ para ganhar o jogo ou para encher de ar o capital cultural. (FERREIRA, 2014: 107)

Eu não sabia se estava mais enjoado ou sem chão. Era uma mistura de raiva com tristeza. Durante um mestrado ou doutorado é importante que o estudante tenha uma rede de apoio (FAGANELLO, 2023) em que confie e possa falar abertamente, sejam amigos, colegas de curso, ou quem quer que seja. Foi graças à rede de apoio que eu tinha – mais especificamente a uma colega que participava do projeto de extensão comigo – que consegui parar, refletir e decidir a respeito dos próximos passos. Tomei algumas decisões. Eu continuaria aprendendo a escrever (e escrevendo) textos científicos, até porque isso fazia parte do processo de me tornar um acadêmico (melhor) e um processo necessário inclusive para a construção de minha dissertação. Resolvi também que, apesar de escrever, eu não enviaria nenhum texto para publicação em periódicos ou eventos até o fim do mestrado. E passei a ter o máximo de cuidado para compartilhar o mínimo possível com meu orientador.

## Reflexões sobre orientação e autoria na Pós-Graduação

Questões ligadas à autoria de trabalhos científicos geram algumas discussões ao redor do mundo, mas tanto no exterior quanto no Brasil esse tema é polêmico e pouco discutido se comparado a outros assuntos. É raro encontrar pessoas que falem abertamente sobre autoria, ainda mais quando se trata especificamente da autoria de trabalhos “em conjunto” com estudantes-orientandos e que são publicados durante um período de orientação em mestrados e doutorados.

A autoria de trabalhos científicos é tratada como um sinônimo de indicador sobre a produtividade dos pesquisadores, podendo dar acesso a melhores postos de emprego ou promoções, assim como financiamento e bolsas para pesquisas. Mas a autoria de trabalhos também tem a ver com a reputação de um cientista, e aí entra fortemente um aspecto ético e de transparência pública.

São numerosos os casos de trabalhos científicos que possuem coautores que não fizeram nada ou quase nada para o desenvolvimento daquele texto. Com o suposto intuito de atacar esse tipo de prática, diversas instituições (COPE<sup>2</sup>, ICMJE<sup>3</sup>, entre outras) construíram documentos e orientações com critérios para apontar o que é necessário para que uma pessoa possa ser caracterizada como autora de um trabalho. O ICMJE (2019), por exemplo, estabelece que para que uma pessoa seja creditada como autora ela precisa dar contribuições substantivas para a concepção ou design do trabalho, ou para a aquisição, análise ou interpretação dos dados do trabalho.

É interessante (mas não surpreendente) notar que boa parte das diretrizes “éticas” de autoria internacionais não menciona claramente situações ligadas à orientação na Pós e à autoria cerimonial (MOFFATT, 2011). Não tratam diretamente das questões relacionadas ao crédito automático dos orientadores em trabalhos feitos pelos orientandos quando os primeiros nada fizeram (ou não fizeram o suficiente para que possam ser considerados como fazendo jus à autoria). E, quando se silencia sobre o assunto, acaba-se por naturalizar e reforçar como aceitável o entendimento de que o orientador tem o direito automático a ser coautor de tudo o que o orientando escreve.

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) publicou, desde 2012, vinte e uma diretrizes básicas para a integridade

VALENTIM, Igor Vinicius Lima.  
“Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”

<sup>2</sup> Do inglês *Committee on Publication Ethics*. Ver: <https://publicationethics.org/>.

<sup>3</sup> Do inglês *International Committee of Medical Journal Editors*. Ver: <https://www.icmje.org/>.

na atividade científica. Três das vinte e uma diretrizes estão diretamente ligadas à temática central discutida neste artigo:

16. A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração e deve se fundamentar em orientações já estabelecidas, tais como as do International Committee of Medical Journal Editors.

17. Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral, por si só não justificam a inclusão de novos autores, que devem ser objeto de agradecimento.

18. A colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Os supervisores devem cuidar para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou nenhuma contribuição nem excluir aqueles que efetivamente participaram do trabalho. Autoria fantasma em Ciência é eticamente inaceitável. (CNPq, 2012, grifos meus)

É interessante reparar que, do ponto de vista das recomendações, as 21 diretrizes do CNPq são bastante claras e diretas. Os orientadores são mencionados na necessidade de cuidar para que não sejam incluídos como autores em produções de alunos nas quais sua participação foi pequena ou nenhuma. Ora, se essas diretrizes fossem seguidas na prática, talvez este artigo nem existiria!

Entretanto, o tema é tão ardiloso e as práticas tão naturalizadas que diversos orientadores consideram que todos os textos que se originam da dissertação ou tese do estudante-orientando têm, sim, a sua participação em tamanho e importância gigantes! Jamais compreenderão (porque não querem) que a participação deles é na orientação do trabalho de conclusão da Pós-Graduação e não na autoria dos textos em questão.

Ao contrário de algumas diretrizes internacionais, as do CNPq abordam diretamente as questões de autoria ligadas às relações de orientação. O que me pergunto é qual o efeito prático, concreto, dessas diretrizes (do CNPq assim como das internacionais) no cotidiano do que acontece na Pós-Graduação com relação à autoria de trabalhos científicos, especialmente entre orientadores e orientandos de mestrado e doutorado.

Há uma efetiva vontade – quer seja de alunos quer seja de professores – de que essas diretrizes sejam implementadas nas práticas e relações acadêmicas cotidianas? Quais os seus efeitos concretos? Ou será que são diretrizes feitas apenas ‘para constar’ sem nenhum desejo de efetiva mudança nas práticas? Por sinal, recuemos um passo: estudantes e professores conhecem essas diretrizes?

Um ótimo ponto para se investigar, talvez em trabalhos futuros, é se há alguma espécie de normatização, responsabilização legal e sanções a partir dessas diretrizes do CNPq. Ou são apenas diretrizes para quem quiser seguir, em caráter opcional, e de acordo com a consciência de cada um e cada uma?

Não é preciso ir longe para afirmar que a prática de incluir, entre os autores, os nomes de pessoas que não contribuíram substancialmente para a construção efetiva de determinado trabalho é uma prática indevida que, com pequenas diferenciações, ganha diversos nomes na literatura internacional, tais como: autoria cerimonial, honorária, convidada, fantasma, entre outras.

Mesmo com décadas de diretrizes e orientações relativas à autoria (como CNPq, COPE e ICJME) os constrangimentos, seduções e violências seguem presentes e acontecendo amplamente como prática ‘padrão’ em todo o mundo. Há exceções, sempre em número reduzido.

Há medo de retaliação. São relações interpessoais. A academia é um ovo. Quase todo mundo se conhece no meio acadêmico, mesmo em país de proporções

gigantescas como o Brasil. As pessoas frequentam os mesmos congressos, participam das mesmas redes de pesquisa, disputam os mesmos editais de fomento, se submetem a regras dos mesmos órgãos avaliativos. Há o medo de se queimar. Mais que isso, há a vontade de construir relações de “toma lá dá cá” que possam vir a favorecer (ou a não atrapalhar) em eventos futuros.

Hoje, percebo que muitos estudantes também já naturalizaram o entendimento de que textos escritos por eles devem conter os nomes dos orientadores como coautores apenas pelo fato de serem seus então orientadores naquele momento.

*- Como assim você não quer aparecer como coautor no meu resumo, professor? Você tem vergonha de aparecer como autor comigo? Você merece estar como autor do texto. Você é meu orientador. Esse é o seu trabalho. É uma injustiça você me orientar no doutorado e não aparecer como coautor do meu artigo.*

Isso foi o que ouvi de uma orientanda de doutorado quando questionei sua conduta ao receber um texto que ela enviaria para um evento com o meu nome como autor. Eu não sabia do que se tratava. O texto estava pronto. Eu iria apenas ler o texto e dar alguma sugestão para ela. Mas, para a estudante, havia um senso de justiça em incluir o nome do orientador, mesmo sem ele ter feito nada daquele trabalho. Por fim, eu disse a ela que me incluísse apenas em uma nota de rodapé como um “leitor” do trabalho.

Também há casos em que alunos querem publicações com os nomes dos seus orientadores como um sinal de prestígio, legitimidade, ou mesmo em vista de objetivos futuros (como ser aceito no doutorado, passar em um concurso público para a universidade, construção de redes de relacionamento, entre outros). Usam a autoria como uma moeda de troca para atingirem o paraíso desejado, seduzidos pela academia enquanto espaço em que desejam estar. Um fenômeno que dialoga integralmente com o conceito de cafetinagem acadêmica (VALENTIM, 2022).

Concordo com Moffatt (2011: 76) quando ele diz que “apesar de sua aceitação generalizada entre os cientistas, a autoria cerimonial é antiética”. Para ele, a questão é bem simples: “Se uma prática viola, causa danos e leva à comunidade científica a uma interpretação equivocada enquanto ao mesmo tempo corrói a confiança pública na ciência, ela é antiética. Dentro deste entendimento, a autoria cerimonial é antiética” (MOFFATT, 2011: 85).

Mesmo quando há uma preocupação ética, nem sempre ela é preponderante. Um estudo mostrou que com relação à atribuição de autoria para um trabalho, diversos “pesquisadores estão dispostos a comprometer os seus princípios sobre o assunto” (BENNETT e TAYLOR, 2003: 267).

Esse fenômeno acontece em todas as áreas do conhecimento. Em algumas, como as da saúde, isso é tão naturalizado, que há artigos com dezenas, centenas de autores. Não é preciso dizer que centenas de pessoas não escreveram conjuntamente aquele determinado artigo. Entram como autores muitas vezes colegas de laboratório, superiores hierárquicos, responsáveis por estruturas físicas, computacionais, de infraestrutura, entre tantos outros. Vamos repetir juntos: práticas comuns não se tornam éticas por serem comuns ou naturalizadas!

Em áreas/veículos onde há restrições quantitativas sobre a autoria de trabalhos, o assunto também é naturalizado e não é difícil achar estudantes e professores que consideram que um orientador de pós-graduação deve ser creditado automaticamente como autor de um artigo derivado da dissertação/tese de seu orientando.

É claro que um orientador pode ser coautor de um trabalho com seu orientando em caso de escrever junto, construir junto, elaborar junto, enfim, trabalhar junto com o orientando. Mas não pelo simples fato de o texto ter como base o trabalho de orientação realizado por ele. Orientação é um trabalho. Autoria é outro.

Nem sempre há preocupação com os meios utilizados para atingir os objetivos estipulados. Isso fica a critério da “autonomia de cada um”. Aumentar as publicações, a visibilidade... indicadores acadêmicos de “sucesso”! Há ameaças, controle de bolsas, retaliações, violências. Há também sedução, cafetinagem (VALENTIM, 2022). Como mencionei, há estudantes que têm medo e outros que são seduzidos. De outro lado, há estudantes que têm interesse em construir uma carreira, fazer uso de indicações de maneiras que nem sempre podem ser consideradas as mais éticas. Estão interessados nas benesses que podem ser proporcionadas e seduzidos por ideais de sucesso.

*- É só um nome a mais lá. Que mal vai fazer? Que portas podem ser abertas para mim pelo meu orientador? Vou ter muito mais chance de publicar numa revista top se constar o nome do meu orientador no artigo!*

Diversos periódicos se aproveitam de todo esse panorama e só aceitam a submissão de textos com ao menos um doutor entre os autores. Alguns alegam que é devido à suposta qualidade dos textos, o que não se sustenta, pois nada implica que um doutor vá produzir um trabalho melhor que um mestre e, além disso, olhando para os casos em discussão neste texto, existem numerosas situações em que o “autor” com a titulação de doutor não trabalhou na construção do texto e ainda assim recebeu o crédito como coautor. Ocorre que quem faz os regulamentos e regimentos desses periódicos são justamente, em muitas situações, os mesmos professores doutores que estão lecionando e orientando nos PPG.

Encontramos coincidências espetaculares: há numerosos casos em que os mesmos professores que estão nos PPG, construindo os normativos e regulamentos dos Programas (os quais muitas vezes obrigam os estudantes a publicarem em coautoria com seus professores orientadores, independentemente de ambos terem efetivamente trabalhado na construção dos textos ou não), também compõem os conselhos e equipes editoriais de alguns periódicos que exigem o título mínimo de doutor para ao menos um dos autores dos trabalhos submetidos. São esses mesmos profissionais que também compõem os comitês e comissões da Capes<sup>4</sup>, definindo normas relativas à avaliação de Programas de Pós-Graduação (e, por exemplo, atualmente valorizando positivamente nas avaliações quadrienais os PPGs cujos alunos desenvolvam pesquisas que estejam alinhadas aos projetos de pesquisa de orientadores e pontuando melhor os PPGs nos quais há maiores índices de coautoria entre professores e estudantes).

## **É possível mudar a situação?**

Não faltam diretrizes, normas, sugestões, códigos e assemelhados explicando o que é preciso para que uma pessoa se qualifique como autora de um trabalho científico. Mesmo em periódicos que solicitam que seja explicitado o trabalho realizado por cada autor desde o momento da submissão, dizer que “todos os autores trabalharam igualmente em todas as partes do trabalho” está a apenas um clique de distância, ainda que isso não corresponda ao que aconteceu.

<sup>4</sup> Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, responsável por avaliar os PPGs no Brasil.

Diretrizes de autoria não podem resolver o problema da autoria antiética. Isso porque o uso indevido da autoria não ocorre por causa das diretrizes serem desconhecidas ou impopulares. (...) o uso indevido ocorre por causa do sistema acadêmico que mede o mérito dos pesquisadores usando o número de publicações que eles têm em seu nome. Portanto, é esse sistema que precisa ser modificado para que a autoria antiética seja estancada. Assim, o ônus de resolver esse problema inerente é das instituições acadêmicas. (BENNETT e TAYLOR, 2003: 268)

Ainda que Bennett e Taylor (2003) creditem a solução do problema à forma como a produtividade é usualmente avaliada hoje no mundo acadêmico, entendo que esta é apenas uma das facetas do mosaico. É certo que vem aumentando significativamente o número de trabalhos com múltiplos autores e, em muitos contextos, quem não aparece como autor em muitas publicações (inclusive em determinados periódicos) pode ficar para trás:

A prática da autoria honorária coloca o restante da profissão em desvantagem competitiva. Pessoas que não tomam crédito por trabalhos que não fizeram são consideradas menos produtivas e menos dignas de promoção, verbas, etc. Como resultado, os autores honorários estão tendo uma vantagem injusta. Essa vantagem injusta cria um ambiente onde a já extrema pressão para publicar é artificialmente aumentada. Os padrões de promoção são inflados pelas taxas de publicação daqueles que se permitem ser listados como autores honorários. (MOFFATT, 2011: 82)

**Então os fins justificam meios antiéticos? De jeito nenhum!**

Para Martin (2016) há uma violência clara entre orientadores e orientandos quando um recebe crédito pelo trabalho do outro de forma indevida e rotineira. O autor dá a isso um nome simples e direto: exploração intelectual. Ele cita como exemplos a “autoria honorária ou cerimonial” e “comenta que receber crédito pelo trabalho de outros é uma prática comum no meio acadêmico” e que os alvos costumeiros são “estudantes, assistentes de pesquisas e cônjuges” (MARTIN, 2016: 918). E ele faz, ainda, um alerta sobre a hipocrisia acadêmica:

Diversos acadêmicos e outros profissionais estão implicados em plágio, deturpação na representação e exploração, mas a pesquisa sobre isso é limitada em comparação com o grande corpo de pesquisas sobre fraude estudantil. No que pode ser chamado de plágio competitivo, acadêmicos, juízes, políticos, jornalistas e outros usam as palavras e ideias de outros sem o devido reconhecimento. A deturpação ocorre quando os profissionais inflam ou fabricam suas credenciais e conquistas em currículos vitae, pedidos de emprego e comunicados de imprensa. A exploração intelectual envolve tomar crédito pelo trabalho dos outros de forma rotineira. (MARTIN, 2016: 913)

Moffatt (2011: 80) é direto: “o autor cerimonial é culpado de desonestidade acadêmica (isto é, plágio) por receber crédito acadêmico pelo trabalho de outrem”. Orientadores e orientadoras têm o direito de serem incluídos como coautores (e muitas vezes como primeiros autores) em trabalhos escritos por seus orientandos única e exclusivamente pelo fato de orientarem estes estudantes? Ou seja, quando não trabalham efetivamente na construção dos textos publicados? **NÃO!**

A comunidade acadêmica segue fazendo vista grossa e invisibilizando o assunto, não o discutindo e reproduzindo as mesmas atitudes. Diversos orientadores continuam dizendo que os orientandos devem colocar seus nomes como autores em trabalhos científicos pelo simples fato de serem seus orientadores no mestrado ou doutorado, mesmo quando não contribuem significativamente para a construção dos trabalhos em si. Orientadores acham que têm direito à coautoria automática e que os orientandos têm o dever de creditá-los. Misturam, propositalmente, trabalho de orientação com autoria de trabalhos científicos. E isso não

VALENTIM, Igor Vinicius Lima.  
“Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”

acontece por acaso. Ao mesmo tempo, orientandos seguem colocando o nome dos orientadores apenas por serem seus orientadores no mestrado ou doutorado. Aham que os orientadores têm esse direito. Diversos estudantes reproduzem este mesmo discurso e já “orientam” os recém-chegados para que ajam da mesma forma para “evitar problemas”.

É preciso repetir: não existe nenhum problema na coautoria, desde que todos os autores trabalhem efetivamente no texto a ser publicado. Violências de diversos níveis e práticas antiéticas naturalizadas. E não é fácil se rebelar contra isso de maneira individual. Há ameaças, retaliações e violências disfarçadas em forma de “conselhos”.

Aqueles com mais poder ou dinheiro recebem crédito pelo trabalho daqueles com menor status. (...) Quando os subordinados buscam obter mais crédito ou questionam todo o sistema, eles podem se deparar com vários obstáculos, incluindo reinterpretações (por exemplo, que “é assim que se faz”), desvalorização e intimidação. (...) Um estudante que protesta contra a autoria honorária conferida a um professor sênior pode ser penalizado por receber más referências ou mesmo prejudicado em sua pesquisa. (MARTIN, 2016: 924)

Penders e Shaw (2020: 359) complementam ao afirmar que quem denuncia esse tipo de prática de autoria não costuma receber a devida proteção e tem sua carreira afetada de maneira muito adversa ao tentar agir de modo ético. Quem denuncia sofre muitas dificuldades, ameaças e represálias!

Para que mexer nisso? Tudo sempre foi assim. “Como, na maioria dos casos, as vantagens de autoria irregular são maiores do que os possíveis danos, isto acaba garantindo a continuidade do processo e perpetuando os desvios e abusos cometidos” (MONTEIRO *et al.*, 2004: V).

## **Alguém considera as práticas de autoria um problema?**

Violências contra a criatividade. Contra a ética. Contra a transparência pública. Contra carreiras e a sociedade. Contra quem trabalha sério.

Questões polêmicas, delicadas e, principalmente, necessárias. Necessárias para quem? Com o uso do método autoetnográfico, a partir do contraste entre as narrativas construídas e diversos aspectos culturais e sociais da Academia, mais do que responder às perguntas previamente elencadas, este trabalho precisa causar desconforto, incomodar, e suscitar a problematização das noções de autoria entre orientadores e orientandos no universo de mestrados e doutorados no Brasil.

Qual a cultura acadêmica que estamos (re)produzindo? Quando daremos mais atenção ao que é produzido (inclusive em termos de subjetividades) nas relações interpessoais que acontecem em nível de Pós-Graduação? Quais as violências que silenciámos? Quais os futuros que interdítamos ou dificultámos? Quais as desistências e abandonos que estimulámos?

Por fim, denunciar, reclamar, discutir é importante. Mas também o é propor mudanças concretas para a situação. Neste sentido, concordo com Martin (2016) que não há caminho fácil para transformar situações, práticas e sistemas de exploração intelectual. E, neste sentido, um melhor entendimento de como as coisas funcionam pode servir para ajudar a desnaturalizar certas coisas. Para, ao menos, problematizá-los.

Concluo este texto com uma proposta: realizar, em todos os PPGs, a cada nova seleção de estudantes, momentos obrigatórios (oficinas, mesas redondas,

entre outras possibilidades) nos quais a temática da autoria seja discutida de maneira clara e aberta, ainda durante a “ambientação” desses novos alunos que iniciam seus cursos de mestrado e doutorado. Discussões contundentes, polêmicas, que busquem acabar com a invisibilização. Que, nestes espaços, professores, alunos e a coordenação do PPG discutam o que pensam a respeito dos limites, direitos e expectativas sobre a autoria em trabalhos científicos: orientador é automaticamente coautor do que estudantes produzem ao longo do mestrado e doutorado? O que é necessário para que alguém seja coautor de um trabalho científico?

Vamos repetir juntos mais uma vez: práticas comuns não se tornam éticas por serem comuns ou naturalizadas!

## Agradecimentos

Este estudo foi financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, por meio de bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado, Processo SEI E-26/201.356/2021. Este estudo foi financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UIDB/04521/2020 (Portugal).

Recebido em 28 de fevereiro de 2024

Aprovado em 23 de julho de 2024.

## Referências

BENNETT, Dianne M; TAYLOR, David McD. Unethical practices in authorship of scientific papers. *Emergency Medicine Australasia*, 15 (3): 263–270, 2003.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, Ana M. N. (orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: EdUFSC, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Diretrizes básicas para a integridade na atividade científica*. Brasília: CNPq, 2012.

COUTINHO, I. R. Listening and feeling doctoral students’ perceptions of their doctoral supervision. The PhD students’ point of view. *Advances in Social Sciences Research Journal*, 6 (12): 206–223, 2020.

DUBS, Renie. Permanecer o desertar de los estudios de postgrado: síntesis de modelos teóricos. *Investigación y Postgrado*, 20 (1): 55–79, 2005.

VALENTIM, Igor Vinicius Lima.  
“Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”

- FAGANELLO, Cláucia Piccoli. “É possível uma ciência da Administração mais amorosa?”. In: VALENTIM, I. V. L. (org.). *Metodologias Ativas na Pós-Graduação: escuta, curiosidade e amor*. Rio de Janeiro: Compassos Coletivos, 2023. pp. 39-64.
- FERREIRA, Dina Maria Martins. *As vestimentas do rei: o sujeito acadêmico*. São Paulo: Miró Editorial, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *La creación de modos de vida. Estética, ética y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ICMJE. Defining the Role of Authors and Contributors, Section 2. *Who Is an Author?* 2019.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19: 20–28, 2002.
- LOVITTS, Barbara E. *Leaving the ivory tower: the causes and consequences of departure from doctoral study*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.
- MARTIN, Brian. “Plagiarism, Misrepresentation, and Exploitation by Established Professionals: Power and Tactics”. In: BRETAG, Tracey (org.). *Handbook of Academic Integrity*. Singapore: Springer Singapore, 2016. pp. 913-927.
- MOFFATT, Barton. Responsible Authorship: Why Researchers Must Forgo Honorary Authorship. *Accountability in Research*, 18 (2): 76-90, 2011.
- MONTEIRO, Rosangela; JATENE, Fabio Biscegli; GOLDENBERG, Saul; et al. Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, 19 (4): III-VIII, 2004.
- NOY, S.; RAY, R. Graduate Students’ Perceptions of Their Advisors: Is There Systematic Disadvantage in Mentorship? *The Journal of Higher Education*, 83 (6): 876-914, 2012.
- RICHARDSON, Laurel. *Fields of play: constructing an academic life*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.
- VALENTIM, Igor Vinicius Lima. Cafetinagem acadêmica: Alguém tem medo de pesquisar as relações acadêmicas? *Polêm!ca*, 16 (3): 19-36, 2016.
- VALENTIM, Igor Vinicius Lima. Entre naturalizações e desassossegos: educando para tolerar o intolerável? *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 22 (esp. 1): 265-279, 2018a.
- VALENTIM, Igor Vinicius Lima. Between academic pimping and moral harassment in higher education: An autoethnography in a Brazilian public university. *Journal of Academic Ethics*, 16 (2): 151–171, 2018b.
- VALENTIM, Igor Vinicius Lima. *Cafetinagem acadêmica, assédio moral e auto-etnografia*. Rio de Janeiro: Compassos Coletivos, 2022.
- VERSIANI, Daniela B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.